

**SOUSA GALITO, Maria (2006). Entrevista ao Prof. Doutor Adriano Moreira. In (2007) Trinta Entrevistas no Âmbito da Diplomacia Económica de Portugal no Atlântico. CI-CPRI, ENT, N°1, pp. 3-12.**

**ENT: Entrevistas**



Entrevistado: *Prof. Doutor Adriano Moreira*  
**Professor Universitário. Instituto Estudos Políticos, Universidade Católica Portuguesa de Lisboa (IEP-UCP)**

*Dia: 19 de Junho 2006, 11h*

*Local: Praça das Indústrias, Edifício Rosa, 2º dir. – Junqueira, Lisboa*

*Duração da entrevista: 45m10s.*

*MSG (Maria Sousa Galito), AM (Adriano Moreira)*

**MSG:** *Gostaria de ouvir um comentário do Sr. Prof. a propósito do contexto diplomático actual. A diplomacia poderá ser entendida como um conceito mais ou menos preexistente que foi evoluindo ao longo dos tempos? Ou transformou-se – para fazer face aos desafios da globalização e da internacionalização das economias – em algo muito diferente do que era antes, pelo que podem ter surgido novos conceitos como os da diplomacia económica” ou da “diplomacia pós-moderna”, talvez em contraposição com a “velha diplomacia” ou a “nova diplomacia”. Qual o entendimento do Sr. Prof. Adriano Moreira em relação a estas matérias?*

**AM:** «Em primeiro lugar, a diplomacia tem sido um instrumento fundamental para Portugal desde a fundação do Reino, pela própria condição de país – enfim, outras Nações a têm, mas a nossa diplomacia serve aqui de exemplo.

«O Estado português dependeu sempre de algum apoio externo para realizar os seus objectivos – o que começa logo na I Dinastia com o apelo ao Papa (declaração do reino como feudatário do Papa). Há um período que é de uma evidência extraordinária: o da Restauração, em 1640. Se ler um pouco a História dessa data, vai ver como Portugal era dependente de apoios externos e o seu instrumento principal era a diplomacia.

«Essa diplomacia portuguesa creio ser comparável à do Vaticano, porque é uma diplomacia de um país pequeno que, apesar de tudo *consegue* afirmar-se. Um exemplo, se quiser, de “poder dos que não têm poder”.

«Essa diplomacia foi-se organizando e conceptualizando como um método de relação entre poderes soberanos. Essa relação teve sobretudo em vista os objectivos das soberanias, consoante se iam tornando mais definidas, a caminho da soberania absoluta. Temos em vista os objectivos dos Estados soberanos: a segurança, o aumento de poder e de territórios, hegemonia, etc.

«Sobretudo depois da queda do Muro de Berlim, julgo que começa a nova época. Aquilo que é obrigatório entender, em matéria de diplomacia, é que ela continua a ser uma relação entre poderes, já não necessariamente apenas entre poderes soberanos, mas entre poderes soberanos e poderes não soberanos (sobretudo da sociedade civil). Essa foi a mudança radical pós queda do Muro de Berlim.

«Esta circunstância tem a ver com muitas alterações – tanto quanto eu consigo entender – na própria estrutura dos Estados. Os Estados que encaminharam para uma soberania absoluta, estabeleceram esse método de relações entre soberanos. À qual se acrescenta – se conseguirmos saber o que é a *soberania* nesta entrada do milénio – a relação entre soberanos e não soberanos; e poderes assimétricos que, hoje em dia, se multiplicam.

«Esta circunstância relacionada com alterações na estrutura do Estado. Em primeiro lugar, temos a questão das fronteiras – um objectivo fundamental da Soberania. Havia uma soberania de fronteiras. Portugal teve esse problema com a Espanha durante séculos. Ainda hoje há uma Comissão que trata de regular as fronteiras. Simplesmente, as fronteiras perderam a definição. No seio da União Europeia a fronteira dos Estados-Membros deixou de ter evidência, é um apontamento administrativo. A fronteira de segurança não sabemos bem se é a da NATO ou da União Europeia. Portanto, a questão das fronteiras, tão fundamental na diplomacia do Estado soberano, exige agora uma versatilidade e uma conceptualização completamente diferentes.

«Depois houve outra questão, relacionada com a tentativa dos Estados submeterem as minorias ao seu poder centralizador. Se possível, procuravam encaminhá-las para uma – definição a que nós chamamos a – Nação.

«Como sabe, há vários conceitos de Nação. Volto a dizer que Portugal é um exemplo. O rei de Portugal foi, durante séculos, *rei das três religiões* – pois tinha de governar os católicos, os judeus e os muçulmanos que viviam no seu país. Procurou ser o rei da Nação Portuguesa.

«Neste momento, tudo se alterou no Ocidente, o qual devia repensar no *modelo de rei das três religiões*, porque a comunidade *Povo* deixou de ser a comunidade *Nacional*. Com mais uma consequência: as novas comunidades que se instalaram, e que alteraram o teor natural da Nação, não se desapegam das suas próprias raízes. E as origens têm poderes que não deixam de os proteger. O que vai tornar muito mais complexa essa relação. Mas é ao Estado que compete reger esse pluralismo.

«No meio disto, apareceram as tais redes transfronteiriças e transnacionais – em actividades fundamentais, outras inesperadas. Por exemplo, a *Rede do Ensino Superior*. Estamos todos a unificar a maneira de ensinar, de investigar na União Europeia, através de um modelo de execução que corresponderia ao visível num antigo Estado soberano. Só que não há soberania nenhuma. Pode ser que cada Estado ainda tenha a veleidade de

influenciar *o pouco de rede* que lhe pertence. O Estado Português pode ainda ter a veleidade de pensar que as Universidades Portuguesas entram na sua rede, mas não dá nenhuma orientação *efectiva* à rede. Nenhum Estado o faz. E, portanto, a necessidade de negociar com a rede, para além das normas do Direito e das pretensões, parece ser um facto. O Estado Português está a começar a fazê-lo.

«Depois aparecem as redes económicas. Não há nenhum tratado que tenha organizado o G8 – uma organização de facto, uma espécie de Conselho de Segurança dos mais ricos. No Fórum Social Mundial também não há nenhum Tratado. Mas veja como os Estados se movimentam cada vez que se encontram.

«O Estado olha para aquele *caldo de cultura* e parece que o protege, a ver o que nasce dali. O Estado está a lidar um pouco com o desconhecido, o imprevisto, o que há-de vir, não é verdade? Mas ele tem de lidar com estas realidades, tem de dialogar com o Fórum Social Mundial, e com o G8 onde estão os soberanos. Mas soberanos que não possuem um Tratado que *os obrigue*.

«Depois aparecem outras entidades com que é preciso dialogar – até entidades individuais. Houve uma recepção organizada em Portugal a favor de Bill Gates. O Sr. Bill Gates, aqui há anos, foi recebido na Rússia – se bem me recordo, antes da queda do Muro de Berlim – pelo Secretário-Geral do Partido, e lembra-se que havia péssimas relações entre os EUA e a Rússia. A imprensa americana começou a divertir-se imaginando que os EUA tinham passado a ser uma sucursal do Bill Gates, uma vez que este é que ia fazer acordos à Rússia.

«Se tiver reparado no cerimonial que rodeou a visita de Bill Gates a Lisboa, vai reparar que o empresário estava em seu *estado* a ver os seus delegados a assinar acordos. É preciso falar com Bill Gates. Tem de haver uma diplomacia específica para esses agentes não estaduais.

«É por isso que hoje em dia, a diplomacia precisa de uma redefinição profundíssima. E mesmo quando os Estados ainda utilizam aquilo a que antigamente se chamava a *família do embaixador* – a comitiva que o acompanhava – esta deve ser muito diversificada, uma vez que o embaixador não pode ser responsável pela pluralidade de coisas que vai ter de enfrentar. O que leva à reformulação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que precisa de pessoal técnico – que dispensava antigamente.

«Mas com uma consequência que está a ser muito séria em todos os países – um aspecto sobre o qual acho que vale a pena meditar, e que é o seguinte: esta diversidade de pólos com os quais é possível dialogar, multiplica-se dentro do país. Em Portugal, há serviços de negócios estrangeiros no Ministério da Ciência, no Ministério da Educação, o Ministério da Defesa, o Ministério do Ambiente, o Banco de Portugal, etc. Consta que o Ministério dos Negócios Estrangeiros também trata desses assuntos...

«Como se ordena este pluralismo em função da tal *globalização*, reconduzindo a um observatório integrado dos factos, da previsão e da evolução? Os países têm como? Portugal tem? A França tem? A Espanha tem? Eu acho que não têm. Portugal, posso dizer-lhe confidencialmente, que não tem.

«O que demonstra que *quem julga entender, está mal informado*. Os quadros e os conceitos estão todos excedidos. As experiências estão a ser ganhas, porque o fenómeno também é relativamente novo. Não se pode dizer que haja uma experiência acumulada.

«Apareceu um último aspecto que acho importante. Há uma entidade nova na cena internacional: a opinião pública. Por exemplo – e voltando ao período da Restauração da Independência (1640) – Portugal percebeu que a opinião pública internacional era importante, pelo que houve uma série de documentos que foram distribuídos pelo mundo. Não havia Internet, mas as pessoas liam essas publicações.

«De qualquer maneira, a globalização da comunicação ajudou a que aparecesse uma nova realidade chamada *opinião pública mundial*. Existe uma opinião pública mundial. Foi muito pressentida no fim da Guerra de 1914/18 e há várias referências a essa matéria. Por exemplo, o Presidente Wilson<sup>1</sup> foi contra a existência de um exército internacional e quando lhe perguntavam porquê, ele dizia que “a paz vai depender da opinião pública mundial”. Nesse tempo era uma grande intuição, porque os meios de comunicação eram, no fundo, para os Ocidentais. O Resto do Mundo não participava nessa *mecânica das opiniões*.

«Como sabe, o mundo está na nossa casa, a cada momento, em cada ocasião. E já com manifestações públicas extremamente importantes. Recordo o exemplo de Timor-Leste, recentemente libertado da Indonésia.

«Essa opinião pública mundial já deu origem a uma diplomacia pública que, em Portugal, ainda não foi muito assumida. A diplomacia pública não é uma diplomacia que obedeça ao *princípio de uma administração aberta*, porque o Estado não pode dispensar o *segredo*, a reserva, nas negociações. O diálogo com a opinião pública é que constitui uma nova diplomacia.

«Essa nova diplomacia já está em exercício. Nos EUA já há embaixadores, diplomatas, especialistas, que andam pelo mundo a lidar com a opinião pública, e que vão explicar ao mundo o que devem pensar das políticas dos EUA, qual a imagem verdadeira que devem ter dos EUA.

«Eu próprio, quando me dei conta dessa institucionalização, foi num colóquio nos Açores. A Universidade dos Açores possui um Centro de Estudos Estratégicos, que interessa muito ao arquipélago – é a razão essencial da importância internacional do arquipélago, por enquanto. Mas foi lá um diplomata americano em exercício de diplomacia pública, dizer que o Estado-Maior americano não aceitava a participação das cadeias de comando europeias, porque estas não dispunham do saber necessário para lidar com os instrumentos de guerra que os EUA possuíam.

«A diplomacia pública tem de ser levada a efeito pelos Grandes Países. Mas pelos Pequenos também, pois são vítimas de uma opinião pública muito condicionada por meios de comunicação monopolizados pelas principais potências. Trata-se de outra batalha diplomática que temos de empreender. Assim como os países têm receio e são submissos à supremacia militar deste e daquele país – pelo que tem de fazer uma diplomacia da paz – também têm de entender que estão muito submissos à supremacia

---

<sup>1</sup> Thomas Woodrow Wilson (1856/1924), foi o 28º Presidente dos EUA, entre 1912 e 1920.

dos Grandes Países, no que concerne à *informação* e à *criação da opinião pública*. Mas também têm de responder à sua própria opinião pública, para poder exercer a sua diplomacia.

«Comecei a relacionar esta questão com um grande incidente que houve na UNESCO, a que eu assisti, já na década de 70. A UNESCO tinha um Director Geral africano<sup>2</sup>, com a noção de que os países pobres/fracos/do sul – como quiser identificá-los – estavam, no que diz respeito à percepção do mundo em que vivemos, completamente subordinados à vontade dos países desenvolvidos, porque toda a informação que lhes chegava, era a que ecoava nos meios de informação ocidentais. Sendo assim, esse Director-Geral pediu que fosse formulada uma nova Ordem Mundial da Informação.

«Acho que quem quiser lidar com esta questão da diplomacia pública é melhor começar por este episódio. E porquê? Porque a reacção dos EUA foi extraordinária. Assisti a essa reunião em Paris. Os americanos enviaram-nos uma embaixadora, que nos disse esta frase simples e brutal: “os EUA não podem estar numa organização na qual *quem manda não paga, e quem paga não manda*”. E retiraram-se com 30% do orçamento. Foi um abalo tremendo para a UNESCO. Aguentou-se, porque a França interessa-lhe muito manter a UNESCO em Paris, mas o impacto da medida americana foi significativo. Na altura, eu achei que tinha sido uma técnica de imposição. Mas depois de assistir ao discurso do diplomata americano nos Açores, achei que eu estava perante o verdadeiro conceito de diplomacia pública.

«Estas questões têm reflexos enormes em muitos aspectos. Vou dar-lhe outro exemplo, em que a diplomacia pública tem grande importância, na Defesa – que foi uma das vertentes fundamentais da soberania dos Estados. Tradicionalmente, o Ministro dos Negócios Estrangeiros e o Ministro da Defesa eram a mesma pessoa. *Defesa e Segurança* faziam parte da mesma pasta.

«Depois da II Guerra Mundial – já durante a Guerra de 1914/18 se verificou, mas não se tomou consciência disso – foi a primeira vez que as cadeias de comando tiveram de combater à escala planetária. Por exemplo, os EUA tiveram de combater em toda a parte – no Índico, no Pacífico, no Atlântico. Resultado, uma cadeia de comando inventada para comandar americanos, estava agora a lidar com um exército constituído por indivíduos de todas as religiões, com todo o tipo de hábitos alimentares e tradições.

«Como se comandaria um exército destes, sobretudo num momento em que havia rápida sofisticação das armas? Foi então que começaram a precisar de algo extraordinário a que os universitários (também julgo que aprenderam um pouco com eles) chamaram de *interdisciplina*.

«Portanto, tiveram de procurar líderes espirituais que explicassem a melhor maneira de lidar, simultaneamente, com judeus, ortodoxos, católicos e protestantes; para além de profissionais que identificassem possíveis *conflitos culturais* entre esses vários grupos, mas também que explicassem o *peso da História* em cada uma das regiões, e assim por diante.

---

<sup>2</sup> Amadou-Mahtar M'Bow (Senegal) foi Director Geral da UNESCO de 1974 a 1987 (reeleito em 1980).

«Mas como se transforma um exército de infantaria num *exército de laboratório*? No fundo, deixou de ser “Marche, esquerda, direita”, e passou a ser “carregue no botão A, no botão B, à velocidade XP do míssil” – um exército de laboratório. Tudo isto tem a ver com uma diplomacia militar – fundamental e permanente, neste momento.»

**MSG:** *Aproveitando as palavras do Sr. Prof. no âmbito da diplomacia, que permitem uma visão global sobre os novos desafios deste ramo de actividade, pedir-lhe-ia talvez para centrarmos a questão um pouco mais em torno da diplomacia económica. Qual a opinião do Sr. Prof. sobre a relação entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros/embaixadas/consulados e as empresas portuguesas no seu processo de internacionalização? Em regra, as embaixadas poderão estar a tomar iniciativas que vão de encontro às necessidades das empresas? Se sim, talvez mais nos últimos anos do que antigamente? Qual o entendimento do Sr. Prof. sobre estas matérias?*

**AM:** «É muito complexa a intervenção de um Governo numa economia de mercado. A economia mundial é de mercado.

«Naturalmente, há iniciativas que o Governo tem de tomar, pois precisa ajudar a criar uma *sociedade de confiança*. Sem confiança o mercado não funciona. Hoje em dia, uma das principais preocupações dos Governos – incluindo o Português, sobretudo depois de entrarmos na actual União Europeia e de este perder o comando da Macroeconomia – obrigam a uma diplomacia muito atenta relativamente a centros que exercem o poder que o Estado já teve, e que vão condicionar todo o desenvolvimento.

«Nem todos os Estados-Membros da União Europeia possuem a mesma definição ideológica, há *nuances*, diferenças. Por consequência, exige-se que o Estado aprenda a intervir numa economia que é transfronteiriça e de mercado.

«Dou-lhe um exemplo, para melhor explicar o meu raciocínio. O que lhe vou dizer é uma espécie de anedota. No Hino Português, consta que somos “os heróis do mar”. Pela primeira vez na História, há uns anos, Portugal nomeou um Ministro do Mar. Quando Portugal já não tinha frota.»

**MSG:** *Ironias?*

**AM:** «Veja lá se é capaz de perceber isto! Mas porque desapareceu a frota? Porque é um efeito colateral da política da União Europeia. Portanto, um Governo Português – não só português, espanhol também, mas este parece que lida melhor com a questão, pois continua a ter uma bela frota – tem de ter uma diplomacia interna para defender os seus direitos no seio da União Europeia.

«Estamos a falar numa diplomacia interna. Embora ainda não se saiba bem o que vai ser da Europa – parece que há quem saiba, *obrigadíssimo*, mas eu desconfio. Há quem diga que a União Europeia se vai tornar numa Federação como a dos EUA – país que é Federação mas sem essa designação, por alguma coisa será – ou se vamos ter outra vez uma Monarquia dos Habsburgo, ou ainda se vai ser uma Sociedade das Nações. Seja como for, já há (ou tem de haver) uma diplomacia interna, que não pode estar entregue a essa dispersão de competências, pois precisa de um observatório unificador das políticas. Uma das razões que justifica a *complexidade* actual.

«É muito convencional fazer a distinção entre a Política Interna e Política Externa. O que a Política Interna obtém, constantemente, são efeitos colaterais da Política Externa. É preciso alguém que consiga coordenar esta matéria.

«O Governo Português tem feito um esforço nesse sentido, é evidente. Por exemplo, o Primeiro-Ministro Sócrates protagonizou recentemente uma viagem oficial a Angola. Mas enfim, no mundo em que vivemos, são viagens de efeitos discutíveis.

«Em todo o caso ajudam, pelo menos, a entender o clima em que se vai desenvolver a actividade económica do país e, portanto, auxiliam o próprio Governo a fazer o possível para que disponha de uma sociedade de confiança. Portanto, se o Estado não tiver uma sociedade de confiança, não alimenta uma economia de mercado, por mais que se esforce. Julgo que isto é *o principal*. O Estado precisa promover uma imagem credível de Portugal. Precisa fazer uma política que possa atrair empresários, os Bill Gates deste mundo.»

**MSG:** *Podemos talvez introduzir a questão dos palcos estratégicos. Qual o entendimento do Sr. Prof. em relação a projectos como o da CPLP? Haverá uma relação de complementaridade entre o facto de Portugal ser Estado-Membro da União Europeia, mas também Estado-Membro da CPLP, por exemplo? Poderá Portugal demonstrar um mínimo de autonomia no seio de uma União Europeia ainda não federal, ao avançar para projectos deste tipo, hipoteticamente complementares e/ou vantajosos?*

**AM:** «Essa é outra questão. Vamos ver como posso dizer-lhe isto. Talvez um exemplo no âmbito académico ajude a esclarecer o assunto. Neste momento, em matéria de ensino, ouve-se falar em *internacionalização*. Pois eu digo-lhe, a União Europeia está a procurar  *europeizar o ensino* e, assim, a apostar numa plataforma do saber e da informação, para conseguir uma competitividade superior à dos EUA.

«Mas estão a *europeizar* e não a *internacionalizar* o ensino – se não, tinham de incluir o saber dos EUA e das *mega-trends* da Ásia, como agora lhe chamam os especialistas. Afinal, a hierarquização das universidades mundiais foi levada a efeito por uma Universidade de Tóquio – foi esta que afirmou, que nas primeiras 400 instituições de ensino superior, não estava nenhuma portuguesa.

«Portanto, *internacionalização* não é *europeização*. A europeização é a definição de uma política unitária para os Estados-Membros da União Europeia – o que, a meu ver, é mau – para poder competir com os EUA. Eu achava melhor que o *Ocidente* se mantivesse unido e percebesse, por exemplo, que o terrorismo transnacional é contra o *Ocidente*. Mas enfim, é o que existe.

«Ao mesmo tempo, há um *espaço de liberdade* que os países querem, e que diz respeito – numa maneira grosseira, se quiser, de identificação – às antigas colónias. Por exemplo, a França é Estado-membro da União Europeia, discute com os EUA mais do que pode, porque julga que tem poder quando não tem, mas não esquece a *Francofonia*.

«A Inglaterra não vai eliminar o *British Council*, não vai perder o *instrumento de liberdade* que são os antigos territórios coloniais, onde quer continuar a estar presente,

nalguns sítios com mais presença do que tinha quando era potência colonial, como é o caso da União Indiana.

«Sendo assim, porque é que Portugal há-de perder o seu *espaço de liberdade* no seio da CPLP? Portugal tem de defender essa liberdade. É legítimo, é justo que o faça. Agora, se é capaz de o fazer, já é outra história.

«Acho que é fundamental para Portugal ter uma projecção internacional. Mas claro que a diplomacia tem aqui um problema. Portugal pertence, pelo menos, à NATO, à União Europeia e à CPLP. Mas cada país que actua nesses Grandes Espaços, muitas vezes pertence também a outros. Por exemplo, o Brasil pode deixar de pertencer à Mercosul? Não pode. Moçambique pode deixar de pertencer à Commonwealth?»

**MSG:** *E interessava que assim fosse?*

**AM:** «Não. Mas pergunto, Moçambique pode deixar de pertencer à Comunidade Britânica? Foi um acto de inteligência da parte de Moçambique entrar na Commonwealth.

«A meu ver, qual o problema que a diplomacia enfrenta, neste contexto? Nada garante que os interesses da União Europeia sejam sempre compatíveis com os da NATO, ou que os da Mercosul sejam sempre compatíveis com os da CPLP. Pode haver questões que o Governo do Brasil privilegie no seio do Mercosul, e o Governo de Moçambique pode achar mais importante salvaguardar alguma exigência da Commonwealth que seja incompatível com o Espaço da CPLP.

«Esta complexidade enorme – enorme! – não está muito assumida, sobretudo na CPLP. A maioria dos Estados-Membros da CPLP não consta da lista de países com mais abundância de recursos. O próprio Brasil – enfim, no Brasil ainda dizem que “os portugueses ficaram agarrados à costa como moluscos” – arrancou da *costa* para a *continentalidade*. E agora, como regressa o Brasil à *maritimidade*? Há-de ser, mas quando os interesses do Brasil assim o permitirem. Neste momento, aquele país assume a sua continentalidade. E se o Brasil tem muitos recursos, a verdade é que precisa de responder a uma série de exigências internas que os consomem.

«Se se organizar a segurança do Atlântico Sul – creio que é urgente e obrigatório fazê-lo – que recursos possuem países como a Guiné-Bissau, Cabo Verde, e S. Tomé e Príncipe?»

**MSG:** *Poderia, então, interessar-lhes uma integração mais económica no âmbito da CPLP?*

**AM:** «Para o conseguir, era preciso uma *arte* extraordinária. No meu entender, a CPLP é o único dos Grandes Espaços que é transversal. Não há mais nenhum. Passa por todas as latitudes.



«Na tradição brasileira de olhar para este assunto, Josué de Castro<sup>3</sup> foi o primeiro a identificar a questão, ao invocar a *geografia da fome*. Para Mao Tse Tung era a chamada *solidariedade dos três As – Ásia, África, América Latina*. O movimento social que partiu de Porto Alegre é dos *Pobres*<sup>4</sup>.

«Do ponto de vista teórico pode traçar-se um quadro de exigências e dizer-se que “o que era bom era assim”. Depois é preciso ver se é viável.»

**MSG:** *Uma vez que falámos um pouco sobre a CPLP, pedia talvez um pequeno comentário do Sr. Prof. sobre o Português enquanto Língua de Trabalho.*

**AM:** «Há um problema com a Língua Portuguesa. Primeiro, é o problema com todas as Línguas, pois estão a perder em relação ao Inglês.»

**MSG:** *O Espanhol (Castelhano) também está a perder em relação ao Inglês? Não tem subido na hierarquia das Línguas mais faladas do mundo, nos últimos anos? Não é a segunda Língua mais falada nos EUA, dada a proximidade geográfica com os países da América latina e o peso da Comunidade de latinos nos EUA?*

**AM:** «A comunidade hispano-americana está a chegar ao poder, que era do Sr. Huntington. Já leu o seu último livro: “Who are we?”<sup>5</sup> No conflito das civilizações, o que ele quis dizer foi: “se não temos cuidado, ainda chegamos a isto”. Portanto, ele não disse: “vamos chegar a isto”. Mas, portanto, escreveu este livro para dizer que a sociedade americana está em perigo. E porque está em perigo? Porque os que desembarcaram no *Mayflower*<sup>6</sup> e tomaram conta do país, se sentem ameaçados porque latino-americanos, afro-americanos, porto-riquenhos, estão a chegar ao poder nos EUA.

«Recentemente, um senador da Califórnia fez um discurso no Senado em *Espanhol* e ninguém pôde contrariá-lo, pois a Constituição dos EUA não refere que o Inglês é a Língua Oficial do país.

«A primeira vez que eu fui aos EUA foi na década de 50, a propósito das Nações Unidas. Já havia canais de televisão em Espanhol. Portanto, essa é uma das razões para a ascensão do Espanhol no seio dos EUA.

«No Brasil, por exemplo, o Espanhol é umas das línguas obrigatórias no ensino. Em Portugal, o Espanhol está a crescer como *Língua de Opção*, o que se explica em função do *Mercado Ibérico*. Os alunos começam a perceber que a fronteira é um apontamento administrativo e começam a pensar em termos de mercado de trabalho e a alargar o seu leque de oportunidades.

---

<sup>3</sup> Cfr. CASTRO, Josué de (1946). *Geografia da Fome*, Editora O Cruzeiro. Rio de Janeiro: Prémio José Veríssimo da Academia Brasileira de Letras.

<sup>4</sup> O primeiro Fórum Social Mundial foi realizado em Janeiro de 2001, na cidade de Porto Alegre, em Rio Grande do Sul (Brasil).

<sup>5</sup> HUNTINGTON, Samuel P. (2004). *Who Are We? – The Challenges to America’s National Identity*. New York: Simon & Schuster.

<sup>6</sup> *Mayflower*, era um navio inglês, que aportou em Plymouth, no Estado do Massachusetts (EUA), no ano de 1620. Transportava um grupo de emigrantes puritanos.

«Agora, do ponto de vista mundial, não tarda e acabamos por descobrir que o Evangelho original foi escrito em Inglês!»

**MSG:** *Mas e se Portugal conseguisse que a Língua de Camões estivesse presente em mais organizações internacionais e palcos estratégicos, não poderia ser vantajoso para os Estados-Membros da CPLP e para os falantes da Língua Portuguesa em geral? Enfim, não poderia potenciar um mercado? Por exemplo, e se o Português se tornasse Língua Oficial da ONU?*

**AM:** «Temos a questão dos *recursos*. Temos um Instituto Camões para tratar desse assunto. Antes chamava-se Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (ICALP). Agora tem o nome do poeta Luís de Camões que, coitado, não pode protestar.

«Repare no que está a acontecer, por exemplo, em Timor-Leste. Não há professores de Português que cheguem para salvaguardar as necessidades. Se Portugal pode fazer alguma coisa em Timor-Leste, é talvez enviar um pequeno contingente da Guarda Republicana, não sei se vai conseguir fazer muito, mas professores primários talvez fizessem. Porém, onde estão os recursos financeiros para tomar medidas deste tipo? Esse é que o problema fundamental da questão.»

**MSG:** *Muito obrigada, Prof. Adriano Moreira.*